

17

Ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Conselho Federal da
Ordem dos Advogados do Brasil – Claudio Pacheco Prates
Lamachia

CÓPIA

 - CF 24/05/2017 10:56:00 BRT



49.0000.2017.004469-5

Adilson Abreu Dallari, brasileiro, casado, advogado devidamente inscrito nos quadros da OAB/SP sob o número 19.696, com endereço profissional à Rua Tabapuã, 1.123, conj. 228, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, em relação à sessão desse Conselho Federal, realizada no último dia 20/05, na qual se decidiu pela apresentação de pedido de cassação do mandato do Presidente da República, em face do cometimento de crime de responsabilidade, requerer informações relativas ao procedimento adotado na análise e decisão do caso, conforme questionamentos a seguir formulados:

- (i) Em qual data foi autuado e recebido o procedimento interno relativo à análise da possibilidade de propositura de pedido de impeachment do Presidente da República Michel Temer?
- (ii) Qual o número desse procedimento?
- (iii) Quando foi feita a designação do relator para análise dos fatos e formalização de parecer sobre o tema?
- (iv) Quando foi apresentado o parecer do relator ? Foi ele distribuído aos membros do Conselho, para exame, antes da sessão na qual foi tomada a decisão?

(v) Do instrumento de convocação dos membros do Conselho Federal constava, expressamente, a informação de que seria tratado o tema relativo ao encaminhamento e formalização do pedido de impeachment do Presidente da República Michel Temer?

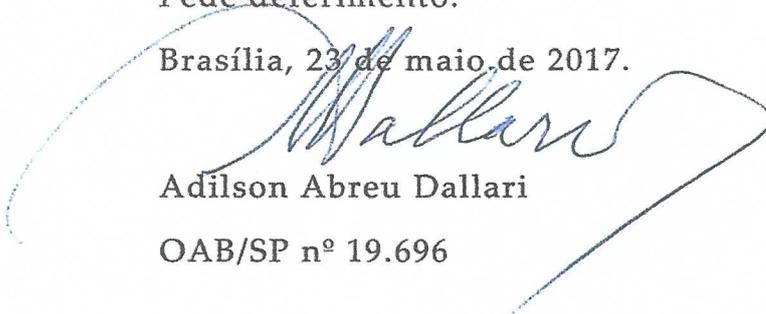
(vi) Qual foi o procedimento adotado para a tomada de decisão quanto ao pedido de cassação do mandato da Ex-Presidente Dilma Rousseff? Em quanto tempo tramitou o procedimento?

Como sabe Vossa Excelência, a regularidade do processo de tomada de decisões é fundamental para a aferição da licitude da decisão proferida, especialmente no caso de órgãos colegiados, motivo pelo qual esses esclarecimentos se fazem necessários para que este membro da Ordem dos Advogados do Brasil tenha compreensão dos fatos ocorridos e possa analisar a sua legalidade, motivo pelo qual solicito o encaminhamento, imediato, das resposta às questões especificamente formuladas, assim como cópia do procedimento interno autuado, tendo em vista as severas repercussões do presente caso na ordem institucional e na desenvolvimento econômico do Brasil.

Termos em que,

Pede deferimento.

Brasília, 23 de maio de 2017.


Adilson Abreu Dallari

OAB/SP nº 19.696